

O PODER POLÍTICO, BOURDIEU E A NOVA HISTÓRIA

Andréa M Pennacchi MARCONDES¹

Resumo: O artigo faz uma discussão filosófica sobre a Nova História da academia francesa e debate as várias opções epistemológicas que se apresentam ao historiador para dar vida ao passado através do estudo de suas muitas manifestações políticas, sociais e culturais, seja elas religiosas ou profanas. Aborda as visões multi-culturalistas de Robert Darnton, Georges Duby e, principalmente, de Pierre Bourdieu.

Palavras Chave: Nova História. História Cultural. Poder Político.

“O Homem é uma corda estendida entre a fera e o super-homem
– é uma corda sobre um abismo.”

(Friedrich Nietzsche)

Um historiador sempre se vê frente a uma tarefa muito difícil quando procura realizar seu trabalho de forma séria e objetiva. Não importa o foco que ele dê a um determinado acontecimento histórico, a um dado comportamento social ou a um obscuro objeto encontrado nas ruínas do passado: sempre se confrontará com uma Verdade histórica que, em si, é imutável e eterna, mas que ao se desnudar para aquele que a interpreta, fica mimetizada por suas cores e sua ideologia.

Se cada sujeito é portador de um capital cultural diferente de todos os seus semelhantes e esse capital o faz inferir fatos que os outros eventualmente desconheçam,

¹ A autora é mestranda em História pela UNESP-Assis/SP e professora de Evolução das Idéias Sociais e Sociologia Aplicada à Administração nos cursos de Economia e Administração, respectivamente, das Faculdades Integradas ‘Antonio Eufrásio de Toledo’ em Presidente Prudente/SP. Coordenadora do Grupo de Estudo “Estudos Internacionais”.

isso vale dizer que toda e qualquer manifestação humana pode ter muitas interpretações diferentes. E se todos vêem de forma diferente a mesma Verdade histórica, quem é o seu verdadeiro detentor? Todos? Ou ninguém?

Se a Verdade é única e não pode ser vista de forma diferente por todos, logo, a verdade é que não existe nenhuma Verdade, a não ser aquela que é nascida de nosso universo de valores e que pretendemos seja soberana sobre todas as outras.

Para a História e para seus profissionais, essa é a maior de todas as dificuldades na legitimação do conhecimento, pois, ciência responsável pelo estudo da memória das civilizações e pela interpretação da herança de dominação que pesa sobre os homens desde suas primeiras manifestações sociais, ela adquire diferentes atribuições de sentido e de significados de acordo com a acepção que lhe é dada por quem a narra ou interpreta, enquanto posteriormente, a leitura dos fatos pelo pesquisador se faz com toda a carga cultural da contemporaneidade de quem a lê.

Tanto é assim, que os modelos estabelecidos de qualquer fato histórico só prevalecem enquanto não são superados por outros modelos ou por outros prismas e temporalidades, transformando o processo de estudar o passado em algo complexo e angustiante, por não trazer nunca uma verdade definitiva.

No emaranhado de influências que se abatem sobre o pesquisador, acreditar que exista apenas uma única forma isenta de examinar as manifestações e representações de um passado existente na memória dos homens e nos artefatos que dele restaram, é uma maneira limitada e previsivelmente subjetiva de interpretação. Principalmente para lidar com a História política e com seus objetos de leitura tradicional, para podermos desvendar o passado de forma absolutamente objetiva, teríamos que nos desfazer de todo e qualquer capital intelectual acumulado e buscar a Verdade – se ela existir - por trás do discurso e de todas as demais representações culturais que as formas do poder estabelecido nos relegaram.

E de que forma um historiador pode despir-se de seu conhecimento para buscar nas ações cotidianas a causa dos fenômenos que deram vida aos acontecimentos políticos do passado e potencializar as demais estruturas – sociais, econômicas e culturais - que ficaram entre esses movimentos, sem ater-se àquilo que é tradicionalmente aceito e sem

render-se à tentação de tentar explicá-los pelo prisma exclusivo do poder ou mesmo pela dialética das lutas de classe, cumprindo a recomendação de Foucault ao trabalhar a Nova História?

Para compreender essa forma de encarar as manifestações de poder na História dos *Annales* de uma forma diferente de como eram tratadas na História tradicional, convém que, antes de qualquer coisa, tentemos conceituar as diferenças que caracterizam esses dois enfoques sobre o passado.

Enquanto a História tradicional está quase exclusivamente centrada na descrição das lutas entre os homens em busca de mais poder, a Nova História que emergiu na França através dos *Annales* implica no estudo de uma sociedade global, costurada em sua totalidade, onde crises econômicas, financeiras e morais se cruzam com o estudo da vida privada, com representações, símbolos e signos de toda ordem e cuja interpretação está no todo social, e não em único particular – seja político, seja econômico.

Vamos deixar claro aqui que, mesmo através desse enfoque, não estamos afirmando que o estudo das sociedades através da evolução histórica de suas manifestações de poder, político ou econômico, passou a ser um tema ultrapassado ou superado por uma nova moda historiográfica. O poder foi - é - e continuará sendo um poderoso fator de aglutinação social, continuará gerando conflitos de toda ordem e movendo a História tradicional, mas na Nova História, a ele se associaram novos elementos, igualmente importantes, que permitem ao Historiador um conhecimento menos parcial das manifestações humanas.

O contexto intelectual de crise da História das Mentalidades, causado pelo colapso do socialismo e da revolução que ele pregava foi o elemento chave que levou os pesquisadores do passado, desencantados, a buscar novos caminhos para interpretar as relações entre os homens e suas instituições. Como consequência da anomia causada pela revolução tecnológica, da alienação do sujeito e do desencanto com as ideologias, a nova História passou a ver a vida pública como uma representação social em declínio, arrastando com ela toda a mágica do narcisismo humano.

A família, que sempre havia existido na marginalidade, passou a ter nova importância como grupo social. Como consequência da revolução tecnológica, da explosão das fronteiras mundiais, das suas relações com o capital e das novas ondas da urbanização,

o estudo das representações no contexto doméstico passou a ser visto com nova luz e se sobrepôs ao público, ao político e às manifestações dos grupos humanos.

Agora, nesse novo contexto, é o indivíduo comum que assoma ao umbral da História. Seus hábitos e signos passaram a ser investigado para nos dar as pistas que necessitávamos para desvendar os mistérios de um universo que nós, contemporâneos, nunca vivenciamos e que estava escondido atrás de instituições dominadoras e elitistas.

Não é que Nova História, tirando o poder de seu enfoque central exclua o passado aristocrático que dominou a humanidade: na verdade, sua função é de enriquecer a História tradicional e complementá-la, apoiando-se em novas ciências como a Sociologia e a Psicologia.

Ao invés de tratar apenas da evolução do poder, essa nova luz que cai sobre o passado passa a dar ênfase no mapeamento de signos e símbolos, em vocabulários, em gestos, em imagens. Observa como o vulgo se permeia com a aristocracia e vice-versa, se entrelaçando e criando novos valores, construindo as verdades que ficaram ocultas muito tempo atrás de uma visão unilateral dos vencedores.

Desaparece o monumental e entra em cena o prosaico, o cotidiano dos homens comuns, sem feitos heróicos e sem atitudes impregnadas de valores nobres e grandiosos. O riso, o macabro, a etiqueta, o traçado urbano, as festas populares e as cores das vestimentas denunciam abertamente a História que esteve por tanto tempo esquecida atrás de batalhas e disputas de poder e se desnudam ante os olhos deslumbrados do homem contemporâneo.

Ela não é menos ciência, por ser aproximativa e experimental, por não partir de um conjunto definido de dados. Ao contrário, esses elementos a fazem muito mais móvel e em permanente transformação; aumentam sua receptividade aos fenômenos do cotidiano, absorvendo deles os atos culturais do inconsciente.

A Nova História tampouco é ideológica, pois é pós-marxista. Seus seguidores dos *Annals* se apropriaram livremente de Marx quando o estruturalismo lhes convinha e igualmente o criticaram quando as representações, normas, crenças e valores vistos pela lupa da histórica cultural se chocavam ou contradiziam a dialética.

A história política tradicional, portanto, passou a ser vista como um sistema político todo estruturado. O sentimento nacional, centrado em relações históricas e em

geopolítica, se constituiu num registro de representações tal como eram percebidas por seus contemporâneos, através do estudo do cotidiano.

A política agora vista através das influências inconscientes que recebia, não era mais apenas uma manifestação explícita de poder aristocrático, mas ainda assim, continuava a exercer um forte fascínio sobre os historiadores.

Nem poderia ser diferente. Esse fluxo subterrâneo, essa enxurrada inconsciente de violência que sempre levou os seres humanos a se tornarem predadores instintivos na ânsia de dominar aos seus semelhantes, é um tema que nunca irá se esgotar. Em suas manifestações mais realistas, o poder foi objeto dos estudos clássicos de Machiavel e de Hobbes num passado recente e continuou fascinando Nietzsche, Bourdieu, Foucault e muitos outros pensadores contemporâneos, seja pelo enfoque tradicional, seja pela perspectiva da Nova História, gerando reflexões de toda ordem, mas que sempre refluem para um ponto principal:

“O que permitiu aos seres humanos emergir do estado animal e desenvolver a civilização e tudo o que entendemos com o termo cultura, foi a constante eliminação dos fracos pelos fortes, dos incompetentes pelos competentes, dos estúpidos pelos astutos. Somente por esse processo que foi levado a cabo durante eras incontáveis é que as coisas que mais valorizamos em nossa existência vieram a existir .” (Nietzsche)

A cultura política é mais forte que a ação política ou social e num contexto como esse, a idéia de revolução está em baixa. Quando se pergunta se foram os intelectuais que fizeram a Revolução Francesa, temos Bourdieu afirmando que somente pessoas muito perigosas e desequilibradas é que fazem revoluções.

Podem ser geniais, ele diz, mas em verdade não passam de indivíduos deslocados no contexto social e que nada têm a perder. São pessoas marginalizadas por seus contemporâneos que incendeiam o imaginário dos que estão vivenciando momentos de carência econômica, cultural ou social e que usam e abusam de seu capital cultural superior para dominar através do discurso formal.

O poder simbólico, enquanto capacidade de fazer com que as pessoas façam aquilo que desejamos, é uma forma de desapossamento e só tem validade quando e enquanto é reconhecido e aceito pelo outro. E melhor que isso, é um tipo de dominação que ocorre com eficácia muito maior quando permanece desconhecida pelo dominado.

Analisando a força desse poder simbólico, Bourdieu trabalhava os acontecimentos através do campo político, onde as forças sociais são movimentadas por agentes sociais de várias ordens. Para ele, não existem indivíduos, nem sociedade, mas campos com estruturas hierarquizadas, onde se revezam lutas e revoluções parciais.

Quando menciona essas lutas e revoluções para a obtenção do poder, ele retoma de uma certa forma o conceito da dialética marxista, mas sua 'luta de classes' não se foca na produção material e sim nas manifestações do poder reproduzido através acúmulo de um capital cultural, do habitus, etc.

Para ele, as classes dominantes sempre partem de um ponto mais elevado do que os patamares atingidos por aqueles que lhe são subordinados, por terem maior capital político, econômico e cultural. Capital, diferentemente da visão economicista de Marx, é visto por Bourdieu como a quantidade de energia (política, econômica e cultural) que pode ser utilizada pelas pessoas no campo de forças da política. Quem os tem em maior quantidade, são chamados profissionais do poder.

Aqueles que não possuem esse capital se submetem aos que o têm, pois o campo de forças limita sua entrada, condicionada também à quantidade de tempo que têm disponível e uma boa formação cultural. As classes dominadas, portanto, incapazes de tomar as rédeas de suas próprias vidas no coletivo e para se fazer representar, entregam o poder para um partido político maior.

Agindo dessa forma, acabam se transformando em um grupo social cujas reivindicações ficam fortalecidas no conjunto e deixam de estar inteiramente sujeitas aos detentores de capital maior, até o momento em que determinados membros do partido passam a lutar não apenas em defesa dos interesses de seus mandantes, mas finalmente, apropriando-se do partido para atender aos seus próprios interesses.

Ou seja, num processo democrático moderno, aqueles que têm maior capital se organizam em partidos e impõem sua doutrina e programa de ação sobre os mandantes, que acabam por acreditar que seus interesses são comuns, enquanto aqueles que dominam os partidos e têm interesses próprios, acabam impondo-os aos demais como se fossem universais.

Além do capital social, político e econômico que é necessário para que as pessoas se agreguem para exercer o poder, há também que se observar à questão do

habitus. Segundo Aristóteles e São Tomás de Aquino, o *habitus* não passa de disposições duráveis e flexíveis que são assimiladas pelo indivíduo através das forças que vêm do campo, sendo responsável pela evolução social e pelas tradições acumuladas pelo trabalho político.

Quanto maior o capital social, político ou econômico em questão, mais acentuadamente emergem os profissionais no campo de forças social e mais aumenta o desapossamento dos mandantes, que ficam à margem. Esse profissional do poder, preocupado em não desaparecer, alimenta permanentemente seu capital político e quanto mais pessoas com capital cultural e político puderem ser agregados ao partido, maior a força em relação aos representados.

Essa análise de Bourdieu, refletindo Weber e o processo social de um cotidiano real, retrata bem o processo que tem sido objeto de estudos pela Nova História. Quando um historiador se vê levado a pesquisar a movimentação do poder em períodos variados no tempo, não lhe bastam mais as seqüências de batalhas, os feitos grandiosos e monumentais de governantes de toda ordem, nem a crueza maquiavélica dos jogos políticos que sempre marcaram a história tradicional.

Todo o passado, em todas as suas manifestações culturais, sociais e cotidianas, repletas de signos e de fenômenos de representação se apresenta para ele como um livro aberto, pronto para ser interpretado e trazido para o presente. Os campos se intercomunicam, interagem e trazem à luz a verdadeira episteme de cada tempo. E as motivações do poder, em toda a sua gloriosa manifestação de força e de domínio, ficam muito mais evidentes ao serem interpretados à luz das instituições, das práticas e dos discursos, tornando-se muito mais próximo do indivíduo pensante e atuante.

A História política, longe de ser colocada em segundo plano no campo da Nova História, continua tendo inegável importância, a passa a ser apoiada na cultura política, numa perspectiva múltipla, muito mais rica, onde o homem, seus símbolos e representações passam a ter um novo valor. A leitura do passado passa a ser um processo que analisa não apenas os comportamentos coletivos, mas também os seus efeitos e tudo o que através da percepção e das sensibilidades, pode levar aos fenômenos de transmissão de crenças, normas e valores, ampliando o universo da episteme.

Na Nova História, os vários canais da expressão humana se entrelaçam de

forma determinante para criar um magnífico vidro de aumento, permitindo ao historiador desnudar as estruturas mais profundas da evolução humana.

Na Nova História, o poder, os grandes movimentos coletivos, a abordagem do Estado-nação e sua relação com os outros, a exploração das atitudes, das crenças e dos comportamentos no processo das representações coletivas manifestas em um contexto político, social, confessional, ético ou regional se completam, enriquecendo a bibliografia e o conhecimento do passado.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria no campo político. In O poder simbólico. Lisboa: Memória e Sociedade.

DARNTON, Robert. “Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto” IN O grande massacre dos gatos, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986 - 2a. edição.

DUBY, Georges. Uma história cultural. In Para uma História Cultural. Coletânea sob a direção de Rioux, J.P e Sirinelli, J.F. Editorial Estampa: Lisboa, 1989

FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In A microfísica do poder. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 2002. 17ª. Edição.

NIETZSCHE, Frederic. A Gaia Ciência. Ed. Martin Claret: São Paulo, 2004

WEBER, Max. Política como vocação. In Ciência e Política. Ed. Martins Claret: São Paulo, 2004.